

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/05/2010 Edição nº 114

Pressão faz Polícia Militar do DF recuar

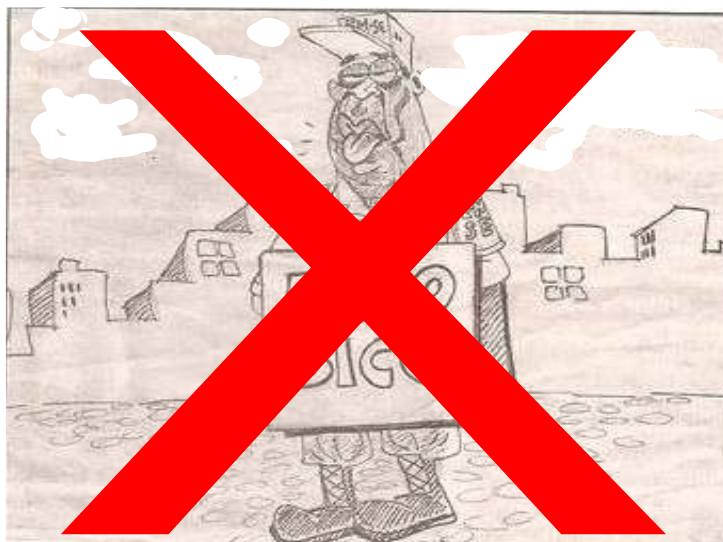
Quando editou portaria permitindo ao Policial Militar do Distrito Federal prestar serviços particulares em suas horas de folga, provavelmente o comando-geral da corporação não tenha imaginado o tamanho do problema que criaria. Não apenas entidades representantes dos vigilantes, mas cidadãos de todo o DF se mostraram no mínimo insatisfeitos com a “novidade”. No site do jornal Correio Braziliense, que divulgou a notícia nesta quarta-feira, dia 5, vários leitores rejeitaram a portaria e protestaram com veemência.

Resultado: O jornal hoje anuncia que a PM vai recuar e que os bicos dos Policiais Militares como seguranças particulares devem continuar proibidos. A Promotoria de Justiça Militar avisa que é preciso melhorar a redação da medida para impedir que os militares façam segurança privada nas horas vagas.

E o mesmo coronel que defendeu ontem o bico para os PMs hoje afirma à reportagem que aqueles que fizeram bico como vigia particular continuarão sendo punidos.

A CNTV agradece a todos que se posicionaram contra a medida absurda e apóia a

iniciativa do Sindicato dos Vigilantes do DF que se posicionou firmemente contra a proposta - que acabou rejeitada por todos – de permitir que PMs atuem como vigilantes. Também agradece à população do DF que, mais uma vez, demonstra profunda noção de cidadania rejeitando o que não é bom para a sociedade. A mobilização nos torna sempre mais fortes.



Veja reprodução do material divulgado pelo Correio Braziliense

PM do DF recua e promete vetar bicos

O Ministério Público do DF recomendou ao comando da Polícia Militar que seja revisto o texto da portaria que autoriza os policiais a trabalhar durante a folga. A Promotoria de Justiça Militar alerta que é preciso melhorar a redação da medida para impedir que os militares façam segurança privada nas horas vagas. Do jeito que está, o texto abre brecha para esse tipo de serviço.

O comandante-geral da corporação, coronel Ricardo da Fonseca Martins, informou que não há problema em mudar o texto para tornar a portaria mais clara. Ele afirmou que aqueles que fizeram bico como vigia particular continuarão sendo punidos. Segundo o comandante, a permissão para exercer atividade remunerada fora da escala da PM será concedida em

casos específicos, como o de policiais que lecionam em instituições particulares.

Diante da polêmica repercussão da portaria, assinada em 12 de abril, e divulgada ontem pelo Correio, o comandante defendeu firmemente a medida. “Foi uma iniciativa para enfrentar o problema para o qual as pessoas fechavam os olhos e tapavam os ouvidos. Temos de deixar de hipocrisia. A situação existe e, em diversos casos, pode ser regularizada”, explicou o coronel. Segundo ele, permanecerá proibida a atividade de segurança particular.

“A portaria estava muito ampla. É preciso deixar explícito quais são as atividades incompatíveis para não dar margem a brechas”, apontou o promotor militar Nízio Tostes. Por precaução, o Sindicato dos Vigilantes Particulares,

temendo concorrência ilegal dos policiais, pretende entrar na Justiça para questionar a medida. A entidade estima que, no DF, cerca de 700 PMs realizam o trabalho na clandestinidade.

O promotor Nízio Tostes apresentou ontem denúncia contra 23 oficiais do quadro médico da PM que trabalham irregularmente em clínicas particulares. Eles estão sendo denunciados porque participam da gestão administrativa dos estabelecimentos, o que é proibido.

O policial pode até trabalhar na clínica, mas não participar do comando da empresa. “Eles terão de optar entre a PM e a clínica particular”, disse o comandante Ricardo Martins.

Críticas à autorização dos extras para PMs no DF

As entidades que representam as empresas de segurança privada do Distrito Federal criticaram o comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, coronel Ricardo da Fonseca Martins. A revolta contra o oficial foi motivada pela assinatura de uma portaria que regulamenta as atividades exercidas por PMs fora da jornada de trabalho. Com a decisão, os agentes de segurança não precisarão mais esconder suas identidades ao fazer a vigilância armada particular.

Ainda esta semana, o Sindicato dos Vigilantes do DF promete encaminhar um ofício ao ministro da Justiça e à Polícia Federal para protestar. A intenção é pedir que as duas instituições derrubem a regulamentação. “Vamos encaminhar esse documento e pedir ao ministro uma audiência para expor nossa insatisfação e explicar a ele que, com a aproximação da Copa do Mundo e das Olimpíadas, a segurança pública tem que estar perfeita, o que não ocorrerá com policiais exercendo duas atividades ao mesmo tempo”, afirma o presidente da entidade, Jervalino Rodrigues Bispo.

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, Jefferson Simões, compartilha da mesma opinião e pretende aderir ao movimento. “É uma concorrência desleal, além de não ser um serviço deles. O policial é treinado para a parte repressiva e o vigilante, preventiva. Nenhum está apto a desempenhar o papel do outro”, destaca.

A lei nº 7.102, de 1983, que dispõe sobre a segurança em comércios, estabelece que esse serviço deve ser executado exclusivamente por empresas especializadas cadastradas pela Polícia Federal. O coordenador geral de Controle de Segurança Privada da PF, delegado Adelar Anderle, defende que os policiais

que desejarem exercer a função de segurança privada devem cumprir todas as exigências legais.

Para o sociólogo da Universidade de Brasília e especialista em segurança pública Antônio Testa, o Estado poderia estar mais presente nas ruas se a escala de serviço da corporação fosse revista. Hoje, alguns policiais trabalham 24 horas e folgam 72 horas. “Ninguém consegue executar um trabalho de qualidade trabalhando 24 horas. Acho que uma escala de 12 horas por 24h de descanso aumentaria a presença da polícia nas ruas e não tornaria o serviço policial desgastante”, opina Testa.

O docente também considera impraticável que um agente treinado com dinheiro público seja aproveitado por empresas privadas.

O sargento *Carlos (nome fictício), há três anos divide o tempo entre o quartel e a segurança de um mercado localizado em um bairro nobre de Brasília. Ele não trabalha em regime de plantão. O expediente na PM começa às 12h30 e vai até às 18h30, de segunda a sexta-feira. Ao chegar em casa, janta e, às 22h, chega ao segundo trabalho, onde fica até às 6h do dia seguinte. Por mês, Carlos ganha R\$ 2,4 mil com a atividade extra, o dinheiro é usado para proporcionar mais conforto à família e pagar dívidas. “Pago colégio para dois filhos, alimentação, transporte, entre outras coisas”, justifica. Apesar da renda complementar ajudar a equilibrar as contas, ele faz planos para deixar a dupla jornada até o fim do ano. “A gente perde a parte mais gostosa da vida: a fase que os filhos estão crescendo. Às vezes, chego em casa e não tenho vontade de sair. Pretendo equilibrar minha situação financeira até dezembro e deixar de fazer bico”, planeja.

Sobre a proposta da PM DF

Chico Vigilante:

“Essa decisão é imoral, inconstitucional e irresponsável. Dar a um policial militar a possibilidade de ocupar dois cargos enfraquece a segurança da população, além de acabar com milhares de vagas que poderiam ser exercidas por vigilantes profissionais, que têm o curso de formação. Está comprovado que o índice de assassinatos de policiais no país aumenta quando ele está fazendo bicos. O PM tem que usar o tempo de folga para se aperfeiçoar e descansar. Quando ele usa esse tempo para trabalhar em outro lugar, não tem o mesmo reflexo porque vai estar exausto.

O comandante exorbitou de suas atribuições e isso precisa ser revisto”.

Alberto Fraga, Deputado federal e ex-comandante da PMDF:

A portaria vai acabar com a informalidade e coibir os abusos. Defendo que os policiais militares não exerçam funções extras, desde que seus rendimentos sejam suficientes para sustentar a família, o que, na minha opinião, ainda está bem aquém do ideal, mesmo os policiais de Brasília sendo os mais bem remunerados do Brasil. O bico se justifica quando o policial não ganha um bom salário. Dizem que o PM de Brasília ganha bem, mas se analisarmos o custo de vida, ainda é pouco. Essa portaria vai, pelo menos, dar ao comando a possibilidade de controlar essas atividades extras.”

